

# ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO FUNCHAL

## **NORMAS DE PARTICIPAÇÃO**

**CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL**

abril 2020

### **PREÂMBULO**

A implementação do Orçamento Participativo (OP) no Funchal inspira-se nos valores e princípios enunciados no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa, surgindo na sequência do compromisso político assumido pelo Executivo camarário desde 2014 de aprofundamento da participação dos cidadãos na vida do Concelho e na gestão da autarquia.

O projeto tem por objetivos fortalecer a democracia local, ampliar a transparência da administração municipal, reforçar a cidadania, recriar os laços de confiança entre a autarquia e os funchalenses e gerar sinergias em prol do desenvolvimento mais harmonioso do território.

Para cumprir estes desígnios, o Executivo camarário optou pela adoção de um OP de caráter deliberativo, segundo o qual será inscrito, anualmente, o orçamento municipal um valor nas despesas de capital que servirá para viabilizar os projetos apresentados e mais votados pelos participantes, no âmbito das atribuições do município, estabelecidas no artigo 23º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Pretende-se que este seja um processo evolutivo em contínuo aperfeiçoamento, de aprendizagem de todos, que contribua para ampliar as dinâmicas comunitárias dos funchalenses e apoiar a construção de uma sociedade civil participativa, informada e cooperante.

O presente documento define as normas de participação na 3ª edição do Orçamento Participativo do Funchal, assegurando o enquadramento necessário ao desenvolvimento de um processo que se pretende baseado nos princípios da abertura democrática, da proximidade e da transparência, não colocando em causa as medidas de segurança do confinamento social necessário durante a atual contingência.

### **CAPITULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

##### **Artigo 1º**

##### **Objeto**

As presentes normas estabelecem as regras do processo de conceção, desenvolvimento e avaliação da 3ª edição do Orçamento Participativo do Funchal.

##### **Artigo 2º**

##### **Fins**

O Orçamento Participativo do Funchal tem como fins:

- a) Aprofundar a qualidade da democracia local, através de uma gestão pública de proximidade e do reforço do diálogo entre os cidadãos, órgãos eleitos e corpo técnico da Câmara Municipal do Funchal;

## Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação

---

- b) Garantir o direito de participação da população na decisão das prioridades de investimento público, adequando cada vez mais as políticas municipais às necessidades e expectativas das pessoas;
- c) Restabelecer a confiança entre os cidadãos e a autarquia através de uma política de maior transparência na gestão municipal;
- d) Reforçar a sociedade civil e favorecer a definição de prioridades coletivas para o desenvolvimento mais sustentável do concelho;
- e) Conhecer e responder às reais necessidades e aspirações da população;
- f) Fomentar dinâmicas locais e de auto-organização dos funchalenses, que recriem a solidariedade e o sentido de comunidade.

### Artigo 3º

#### Âmbito territorial

O Orçamento Participativo incidirá sobre toda a área territorial do Município do Funchal.

### Artigo 4º

#### Definições

Para efeito das presentes normas entende-se por:

- a) «**Orçamento participativo**»: Mecanismo de promoção da democracia participativa que permite aos cidadãos apresentar propostas de investimento público e decidir sobre uma parcela do orçamento municipal.
- b) «**Encontros de participação**»: Espaços de encontro e debate presencial entre os participantes para a apresentação de propostas e seleção, pelos mesmos, das mais importantes para o Concelho;
- c) «**Encontros de participação online**»: Espaços de encontro e debate online entre os participantes para a apresentação de propostas e seleção, pelos mesmos, das mais importantes para o Concelho;
- d) «**Participante**»: Todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, com idade igual ou superior a 15 anos, residente, trabalhador, estudante ou interessado na melhoria das condições de vida do Concelho do Funchal, que pretenda apresentar, debater e/ou votar propostas no âmbito do Orçamento Participativo.
- e) «**Proposta**»: Ideia de investimento para o Concelho do Funchal apresentada de forma digital no site da Câmara Municipal do Funchal;
- f) «**Moderadores dos encontros de participação**»: Elementos de apoio ao processo que moderam os grupos de discussão criados nos encontros de participação, auxiliando a gestão do debate e a definição das propostas prioritárias por parte dos participantes;

## **Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação**

---

- g) «**Equipa de Coordenação**»: Equipa com a competência de gestão do processo em todas as suas fases;
- h) «**Equipa de análise técnica**» Equipa constituída por elementos de diferentes serviços municipais que analisa tecnicamente as propostas, ou seja, procede à análise técnica das mesmas;
- i) «**Análise técnica**»: Fase de análise, pelos serviços municipais (equipa de análise técnica), da viabilidade das propostas apresentadas e da adequabilidade das mesmas perante os requisitos de elegibilidade. Verificados estes requisitos, as propostas são encaminhadas para votação pública;
- j) «**Projeto**»: Resultado da elegibilidade de uma proposta por cumprir com os requisitos respetivos e para a qual é indicado o respetivo orçamento, local de implementação e prazo previsto para execução;

### **Artigo 5º**

#### **Modelo**

O Orçamento Participativo do Funchal assenta num modelo de tipo deliberativo, segundo o qual os participantes podem apresentar propostas para o Concelho e eleger, através de votação pública online, as que consideram ser prioritárias.

### **Artigo 6º**

#### **Componente orçamental**

1. O Executivo camarário definirá, anualmente, o montante do orçamento municipal a atribuir ao Orçamento Participativo, que servirá para financiar os projetos mais votados pelos participantes.
2. Anualmente será também definido, por deliberação do Executivo camarário, o valor máximo a ser atribuído por projeto aprovado no âmbito do Orçamento Participativo.

## **CAPITULO II**

### **ORGANIZAÇÃO**

#### **Artigo 7º**

##### **Participantes**

1. No Orçamento Participativo do Funchal podem participar as pessoas que reúnam os requisitos previstos na alínea g) do artigo 4º.
2. Não é permitida a participação de indivíduos que atuem em representação de organizações ou de outras entidades coletivas.



**Artigo 8º**

**Propostas**

- 1) É considerada **elegível** a proposta que reúna, cumulativamente, os seguintes requisitos:
  - a) Que se insira no quadro de competências e atribuições próprias ou delegáveis na Câmara Municipal do Funchal, ou ainda, aquelas que, sendo competências ou atribuições de outras entidades, se destinem a fins públicos, ficando neste caso a sua execução condicionada à celebração de um acordo entre a Câmara Municipal do Funchal e a entidade detentora dessas competências ou atribuições;
  - b) Constitua uma despesa de investimento;
  - c) Não esteja prevista no plano de atividades e orçamento da Câmara Municipal do Funchal, ou de qualquer Junta de Freguesia do Concelho do Funchal;
  - d) Respeite as normas regulamentares e a legislação em vigor;
  - e) Seja suficientemente específica e delimitada no território municipal;
  - f) Não exceda o montante definido nos termos do nº 2 do artigo 6º;
  - g) Seja tecnicamente exequível;
  - h) Não ultrapasse os 18 meses de execução;
  - i) Não configure um pedido de apoio ou venda de serviços ao Município;
  - j) Não seja relativa à cobrança de receita ou funcionamento interno da Câmara Municipal;
  - k) Seja financeiramente sustentável na sua funcionalidade futura;
- 2) Serão **excluídas** as propostas que:
  - a) Disponham de mais do que uma intervenção no mesmo lugar e/ou na mesma área de competência;
  - b) Sejam, tecnicamente, consideradas faseamento sucessivo de propostas precedentes ou posteriores;
  - c) Tenham por objeto um espaço físico que já tenha beneficiado de uma obra de Orçamento Participativo;
  - d) Sejam comissionadas por marcas registadas, abrangidas por direitos de autor ou que tenham sobre si patentes registadas;
  - e) Fomentem extremismos, fundamentalismos, racismo, xenofobia ou quaisquer outras formas de violência;
  - f) Se identifiquem com confissões religiosas e/ou com grupos políticos;
  - g) Ultrapassem o montante definido pela deliberação de Câmara, a que se refere o nº 2 do artigo 6.º;
  - h) Consubstanciem situações de autoemprego e/ou financiamento de projetos privados;
  - i) Digam respeito a iniciativas ou ações a realizar em espaços de acesso restrito, onde não se prossigam iniciativas de interesse público geral.

## **Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação**

---

- 3) As propostas consideradas elegíveis são transformadas em projetos, com a indicação do respetivo orçamento, local de implementação e prazo previsto para execução.
- 4) Estes projetos são posteriormente sujeitos a votação.

### **Artigo 9º**

#### **Encontros de participação e Encontros de Participação online**

1. Para facilitar o acesso dos interessados ao processo, a Câmara Municipal do Funchal organiza, na fase de apresentação de propostas, encontros de participação em diferentes locais do Concelho.
2. Estes encontros serão estruturados da seguinte forma:
  - i. Acolhimento e registo dos participantes;
  - ii. Mensagem de boas-vindas e apresentação do OP;
  - iii. Organização dos participantes em grupos de trabalho para apresentação, discussão e seleção das propostas;
  - iv. Apresentação das propostas selecionadas por cada grupo de trabalho, com limite de duas, que são avaliadas e selecionadas pelos participantes para passarem à fase de análise técnica.
3. Em cada encontro de participação, será selecionada para passar à fase de análise técnica pelo menos uma proposta, acrescida de mais uma por cada 10 participantes, até ao máximo de 5 propostas por encontro participativo.
4. Alternativamente, poderão ser organizados encontros de participação *online*, organizados pela autarquia para a apresentação de propostas.

### **CAPITULO III**

#### **FUNCIONAMENTO**

### **Artigo 10º**

#### **Ciclos do Orçamento Participativo**

O Orçamento Participativo do Funchal está estruturado com base em dois ciclos de participação:

- a) Ciclo de definição orçamental;
- b) Ciclo de execução orçamental.

### **SECÇÃO I**

#### **CICLO DE DEFINIÇÃO ORÇAMENTAL**

### **Artigo 11º**

#### **Fases do ciclo de definição orçamental**

## **Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação**

---

1. O **ciclo de definição orçamental** corresponde ao processo de preparação de cada edição do Orçamento Participativo, de apresentação e discussão de propostas, bem como de votação dos projetos por parte dos cidadãos.
2. Este ciclo será organizado de acordo com as seguintes fases:
  - a) Preparação do processo;
  - b) Apresentação de propostas;
  - c) Análise técnica;
  - d) Votação pública;
  - e) Aprovação do orçamento.
3. O calendário de cada uma das fases é estabelecido por deliberação da Câmara Municipal.

### **Artigo 12º**

#### **Preparação do processo**

A preparação do processo corresponde ao trabalho de preparação do Orçamento Participativo, nomeadamente:

- Definição e revisão da metodologia;
- Constituição, formação e atualização das equipas de trabalho envolvidas;
- Criação e revisão dos instrumentos de participação e monitorização do processo;
- Determinação do montante a atribuir ao Orçamento Participativo;
- Definição e revisão das normas de participação;
- Divulgação pública.

### **Artigo 13º**

#### **Apresentação de propostas**

1. A apresentação de propostas será realizada nos encontros de participação, bem como na plataforma online disponibilizada para o efeito.
2. Cada participante só pode apresentar uma proposta.
3. As propostas podem ser apresentadas para todo Concelho do Funchal.

### **Artigo 14º**

#### **Análise das propostas**

1. As propostas aprovadas nos encontros de participação são objeto de uma análise técnica de viabilidade, efetuada pela equipa de avaliação técnica composta por elementos dos serviços municipais, nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal.
2. Compete à equipa de avaliação técnica:
  - a) Analisar tecnicamente as propostas à luz dos requisitos definidos no artigo 8º das presentes normas;

## **Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação**

---

- b) Solicitar os esclarecimentos necessários aos participantes sobre aspetos integrantes das propostas;
  - c) Promover a eventual fusão de propostas com respeito pela autonomia e valor único de cada uma, condicionada ao acordo expresso dos respetivos participantes;
  - d) Emitir parecer relativo a eventuais pronúncias, reclamações ou meras participações suscitadas após a publicação da lista provisória dos projetos aprovados e reprovados.
3. Após a análise dos projetos e respetiva aprovação pela Câmara Municipal do Funchal, a equipa de coordenação torna pública a lista provisória dos projetos aprovados e das propostas excluídas, fixando-se o prazo de 10 dias úteis para audiência prévia dos interessados.
  4. A lista provisória deve conter a indicação sucinta dos fundamentos da não aprovação de propostas.
  5. Findo o prazo concedido no número 3 do presente artigo sem que tenham sido apresentadas quaisquer pronúncias, reclamações ou participações, ou caso as mesmas tenham sido rejeitadas pela Câmara Municipal, a lista provisória converte-se em lista definitiva de projetos a submeter a votação.
  6. Todas as propostas adaptadas a projeto, assim como os documentos anexados às mesmas, passam a ser propriedade da Câmara Municipal do Funchal.

### **Artigo 15º**

#### **Votação pública**

1. A Câmara Municipal do Funchal proporcionará um sistema de votação dos projetos finalistas que facilite a participação por parte dos cidadãos interessados, com respeito pelos princípios da liberdade de voto.
2. O direito à votação é exercido presencialmente, através de plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, ou através de SMS, não sendo admitida qualquer forma de representação ou delegação pessoal.
3. Cada participante tem direito a votar em dois projetos distintos.
4. Os projetos serão selecionados por ordem decrescente de votação até ao preenchimento da dotação orçamental definida para o Orçamento Participativo.
5. Havendo dotação remanescente que não seja suficiente para contemplar o projeto subsequente mais votado, a Câmara Municipal optará entre:
  - a. Reforçar a dotação do Orçamento Participativo até ao valor em falta;
  - b. Repescar o projeto mais votado subsequente que se enquadre no valor em causa;
  - c. Não afectar a totalidade da dotação remanescente.
6. Os resultados da votação serão apresentados no âmbito de uma sessão pública, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal, para a qual serão convidados os eleitos locais, os titulares de projetos submetidos a apreciação técnica e todos os cidadãos que pretendam assistir à mesma.



## **Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação**

---

### **Artigo 16º**

#### **Aprovação do orçamento**

A verba destinada ao Orçamento Participativo faz parte integrante do orçamento municipal, que carece da aprovação dos órgãos competentes nos prazos legais previstos para o efeito.

### **SECÇÃO II**

#### **CICLO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

### **Artigo 17º**

#### **Fases do ciclo de execução orçamental**

1. Este ciclo consiste na concretização dos projetos aprovados e na sua entrega à população.
2. O ciclo de execução orçamental integra as seguintes fases:
  - a) Estudo prévio;
  - b) Desenho do projeto;
  - c) Contratação pública e administração direta;
  - d) Adjudicação e execução;
  - e) Entrega dos projetos à população.

### **Artigo 18º**

#### **Estudo prévio**

1. O estudo prévio consiste na definição e concretização genérica dos projetos, procurando adequar os documentos de preparação e a respetiva execução às pretensões dos participantes.
2. A adequação referida no número anterior deverá ser assegurada através da possibilidade de acompanhamento do estudo prévio por parte dos participantes, assim como da realização de uma consulta pública do documento final do estudo prévio no prazo de 10 dias úteis.

### **Artigo 19º**

#### **Desenho do projeto**

1. Esta fase consiste na definição pormenorizada dos investimentos do Orçamento Participativo.
2. A Câmara Municipal do Funchal recorrerá, sempre que possível, aos seus serviços municipais para a elaboração dos desenhos dos projetos, sem prejuízo da contratação dos serviços externos, fornecimentos ou empreitadas que, em concreto, se mostrem necessários ou convenientes.

### **Artigo 20º**

#### **Entrega dos projetos à população**

1. Concretizado o projeto, procede-se à sua entrega à população, em cerimónia presidida por um representante do Executivo municipal e pelos respetivos participantes.

## **Orçamento Participativo do Funchal - Normas de Participação**

---

2. No projeto constará a sinalização de que o mesmo resultou do Orçamento Participativo do Funchal.

### **CAPITULO IV**

#### **MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO**

##### **Artigo 21º**

##### **Monitorização e avaliação**

A Câmara Municipal do Funchal assegurará, diretamente ou mediante parcerias estabelecidas para o efeito:

- a) A monitorização e avaliação do processo, a organização de uma base de dados que assegure o mapeamento e o histórico dos projetos, a publicitação dos pontos de situação de cada ciclo, bem como a realização de questionários de satisfação junto da população;
- b) A elaboração de um relatório final por edição do Orçamento Participativo.

### **CAPITULO V**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **Artigo 22º**

##### **Direito à informação**

A Câmara Municipal do Funchal garante uma regular prestação de informação sobre as diferentes fases do processo, recorrendo para tal aos diferentes meios e canais ao seu dispor.

##### **Artigo 23º**

##### **Orçamento Participativo na atual conjuntura**

1. O agravamento da atual conjuntura ou a adoção, por parte do Município, de outras medidas que se considerem necessárias para a proteção da saúde pública, pode determinar a suspensão da 3ª edição do Orçamento Participativo, em qualquer das suas fases de desenvolvimento.

##### **Artigo 24º**

##### **Casos omissos**

Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Vereador com o Pelouro da Democracia Participativa, mediante análise dos mesmos pela Unidade de Democracia Participativa e Cidadania.